

# O Índice de Condições De Vida (ICV): construindo metodologias de análise e avaliação de dinâmicas territoriais do desenvolvimento rural<sup>26</sup>

## Living Conditions Index: Constructing Methodologies for the Analysis and Evaluation of Rural Development Territorial Dynamics

Anelise G. Rambo\*

Lillian Bastian\*\*

Marcelo A. Conterato\*\*\*

Jardel Casaril\*\*\*\*

Megui F. Del Ré\*\*\*\*\*

Carla A. Gomes\*\*\*\*\*

Amanda F. O. Radünz \*\*\*\*\*

Sergio Schneider\*\*\*\*\*

\*Docente da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e do Programa de Pós-graduação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável da Universidade Federal da Fronteira Sul (UFFS).  
ane\_rambo@yahoo.com.br

\*\*Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS).  
lillianbstn@hotmail.com

\*\*\*Doutor em Desenvolvimento Rural. Professor da Faculdade de Ciências Econômicas e do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).  
marcelo.conterato@ufrgs.br

\*\*\*\*Mestre em Ciência e Tecnologia Agroindustrial pelo Programa de Pós-graduação em Ciência e Tecnologia Agroindustrial da Faculdade de Agronomia Eliseu Maciel (FAEM) da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).  
jardelcasaril@hotmail.com

<sup>26</sup> Este trabalho contou com o apoio do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) e da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) no âmbito do Edital MDA/SDT/CNPq – Gestão dos Territórios Rurais N. 005/2009. Fazem parte da equipe de pesquisa, além dos autores deste artigo, os professores Paulo Waquil do PGDR/UFRGS, Suzimari Specht e Roni Blume da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM).

\*\*\*\*Doutoranda do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS).  
megui\_delre@yahoo.com.br

\*\*\*\*\*Mestre em Desenvolvimento Rural pelo Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PGDR/UFRGS)  
cageo13@gmail.com

\*\*\*\*\*Mestre em Sociologia pelo Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal de Pelotas (UFPEL).  
amafaol@yahoo.com.br

\*\*\*\*\*Doutor em Sociologia. Professor dos Programas de Pós-graduação em Sociologia e Desenvolvimento Rural da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).  
schneide@ufrgs.br

Recebido em 23.10.2015  
Aceito em 04.11.2015

## ARTIGO - DOSSIÊ

### RESUMO

Este artigo apresenta o Índice de Condições de Vida (ICV), uma metodologia que possibilita a representação das mudanças percebidas pelo público-alvo das ações que vêm sendo implementadas nos territórios rurais. O foco deste instrumento está na percepção que os indivíduos têm sobre suas condições de vida. É baseado na Abordagem das Capacitações de Amartya Sen e pretende captar não apenas os meios, mas também os fins do desenvolvimento. O instrumento foi aplicado em 37 territórios rurais do Brasil. Os resultados aqui apresentados se referem ao Território Rural Zona Sul do Rio Grande do Sul, no qual foram realizadas entrevistas em dez setores censitários rurais, de nove municípios, totalizando 280 famílias pesquisadas entre outubro e dezembro de 2010. O referido território apresenta um ICV de 0,585, correspondente a um nível médio de condições de vida. A percepção dos entrevistados acerca dos efeitos do desenvolvimento são melhores (0,644) em relação às características e aos fatores que o desencadeiam (0,576 e 0,544, respectivamente). Isso indica que, segundo a percepção das famílias, embora os meios não sejam os mais apropriados, estas mobilizam um arcabouço de ações que tornam os fins do desenvolvimento mais próximos do que almejam. Enfim, os resultados da primeira aplicação do instrumento do ICV demonstram que essa metodologia instrumentaliza a Abordagem das Capacitações de Amartya Sen e possibilita captar uma diversidade de percepções em determinado momento, as quais podem ser comparadas com um momento posterior, a partir do qual torna-se possível buscar explicações para a complexidade e diversidade das realidades territoriais.

**Palavras-chave:** Desenvolvimento Rural. Índice de Condições de Vida. Dinâmicas Territoriais.

## ABSTRACT

This paper offers a Living Conditions Index (ICV, in Portuguese), a methodology that allows the representation of perceived changes in living conditions by the targets of rural public policies. The index is grounded in Amartya Sen's Capabilities Approach and was applied in 37 rural territories of Brazil. In Zona Sul of Rio Grande do Sul, interviews were conducted in 10 rural census sectors and in nine counties, totalizing an amount of 280 families visited between October and December 2010. The ICV territory is 0,585, corresponding the medium level of live conditions. Perceptions about development impacts are better ranked (0,644) than development characteristics and factors that trigger those effects (0,576 e 0,544, respectively). Results showed that this methodology rightly instrumentalizes Amartya Sen's Capabilities Approach and enables to capture the diversity of perceptions in a given time, allowing future monitoring of living conditions.

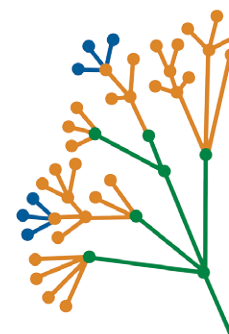
**Key Words:** Rural Development. Living Conditions Index. Territorial Dynamics.

## 1 INTRODUÇÃO

Neste artigo propõe-se apresentar os resultados de uma pesquisa mais ampla de 2010 a 2013 no Território Rural Zona Sul do Rio Grande do Sul e, com isso, problematizar alguns dos dilemas e dificuldades de se construir metodologias de análise e avaliação do desenvolvimento rural em sua perspectiva territorial. Esses resultados se expressam pelo Índice de Condições de Vida (ICV).

A própria perspectiva territorial, no caso das políticas públicas de desenvolvimento rural brasileiras, suscita observações no sentido de que, a delimitação dos territórios e sua caracterização não têm sido suficientes para compreender as suas dinâmicas, nem as potencialidades que poderiam favorecer o desenvolvimento endógeno. Ainda não se tem clareza dos fatores que podem favorecer a coesão social e territorial indicada como meta do desenvolvimento sustentável dos territórios (SCHNEIDER, PERAFÁN, CONTERATO, 2010).

Frente a isso, o ICV, ao buscar verificar a percepção dos indivíduos sobre suas condições de vida, captando elementos relativos aos fatores, às características e aos efeitos do desenvolvimento, se propõe a ser um instrumento (com outros aplicados nos territórios rurais) que contribua na compreensão das dinâmicas territoriais, bem como no auxílio à formulação de políticas públicas de desenvolvimento rural. A construção do ICV seguiu a proposta teórica assentada na Abordagem das Capacitações de Sen (1999). Esta procura avaliar a capacidade de escolher, de realizar ações e de alcançar estados considerados desejáveis por uma determinada população, em um determinado universo empírico. No caso deste trabalho, a população residente em domicílios rurais no Território Rural Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul.



O ICV expressa a qualidade de vida na percepção do indivíduo entrevistado. Qualidade esta, que não se mede pela posse de bens, nem pela qualidade a eles inerente, mas reside nas capacidades dos indivíduos para utilizar esses bens para obter satisfação ou felicidade (SEN, 1999).

O ICV busca captar as condições de vida por meio de múltiplas dimensões: econômica, social, ambiental, político-institucional e cultural. Esse esforço é realizado em função de disseminadas críticas à insuficiência das análises unidimensionais, ou seja, aquelas em que o desenvolvimento é captado simplesmente por incrementos na repartição da riqueza produzida (PIB *per capita*), por exemplo.

O ICV é uma metodologia demandada pela Secretaria do Desenvolvimento Territorial (SDT) do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) que, juntamente a um conjunto mais amplo de instrumentos de pesquisa<sup>27</sup>, propõe acompanhar, avaliar e disponibilizar informações acerca dos territórios rurais.

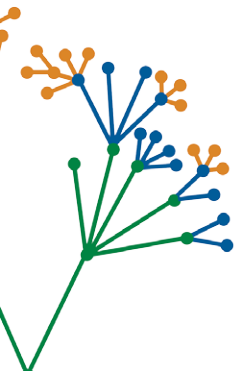
Assim sendo, o objetivo deste artigo consiste em abordar os referenciais teóricos que embasam a construção do Índice, apresentar os resultados obtidos com a pesquisa na Zona Sul do Rio Grande do Sul e, por fim, demonstrar que o instrumento capta diferentes dimensões das condições de vida da população rural, algumas, despercebidas por outros indicadores. Para tal, este artigo é estruturado em quatro seções, além desta introdução e das referências. Na segunda seção trata-se brevemente da emergência da perspectiva territorial do desenvolvimento rural. Em seguida, são abordados os elementos teórico-metodológicos que dão base à elaboração do ICV. Na quarta seção serão apresentadas as primeiras análises sobre o ICV do Território Rural Zona Sul e, por fim, são expostas as considerações finais e as referências.

## 2 DA ABORDAGEM TERRITORIAL DO DESENVOLVIMENTO RURAL À ELABORAÇÃO DO ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA (ICV)

A introdução da perspectiva territorial na discussão dos processos de desenvolvimento rural é um fenômeno relativamente recente. Sua emergência está relacionada às mudanças mais gerais na forma de pensar, analisar, praticar e discutir a ruralidade, os territórios e os processos de desenvolvimento. A abordagem territorial representa a confluência de novas formas de refletir a ruralidade, de elaborar políticas, de implementar e experimentar práticas relacionadas ao território.

A abordagem territorial representa uma tentativa de superação do enfoque setorial das atividades econômicas (agricultura, indústria, comércio, serviços), bem como da dicotomia espacial entre o rural *versus* urbano ou o campo *versus*

<sup>27</sup> Foram levantadas informações sobre a identidade do território e a gestão dos Colegiados Territoriais, as capacidades institucionais dos municípios que compõem o território, além de um acompanhamento dos projetos territoriais concluídos.



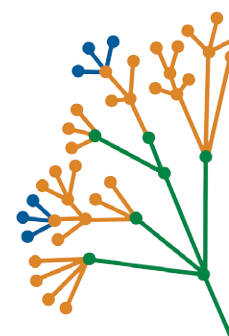
cidade. Nessa abordagem, as dicotomias e os antagonismos são substituídos pelo enfoque na diversidade de ações, estratégias e trajetórias que os atores (indivíduos, empresas ou instituições) adotam visando sua reprodução social e econômica. Adotar tal perspectiva possibilita enxergar com maior clareza a diversidade e a heterogeneidade social e econômica dos territórios.

Sepúlveda (2008) argumenta que a abordagem territorial favorece e enfatiza a multidimensionalidade, a qual assume importância na medida em que permite a percepção da complexidade, diversidade e heterogeneidade dos processos de desenvolvimento. A perspectiva territorial do desenvolvimento rural envolveria um processo de transformação da dinâmica de desenvolvimento por meio da distribuição ordenada das atividades produtivas em consonância com o potencial dos recursos naturais e humanos. Exige também que as políticas econômicas, sociais, ambientais e culturais, destinadas aos territórios, sejam mantidas e apoiadas em processos descentralizados e participativos.

Sumpsi (2007) destaca uma série de vantagens nas políticas de desenvolvimento com enfoque territorial, quais sejam: (a) fortalecimento da cultura participativa; (b) geração de capacidades locais para a concertação entre atores locais, públicos e privados; (c) aumento da autoestima da população local na medida em que se percebem enquanto protagonistas de seu futuro; (d) a tomada de consciência acerca da ideia de que o desenvolvimento também depende da população e não unicamente do Estado. Isso tende a gerar uma mudança de atitude e comportamento da população local, passando de uma atitude passiva para uma mais ativa e protagonista; (e) o reconhecimento de recursos locais ociosos e conhecimentos perdidos; (f) maior acesso à informação por parte da população local; (g) o processo de debate social que embasa este enfoque ajuda a criar uma visão coletiva da sociedade local sobre o futuro do território.

No caso europeu, lembra Sarraceno (2007), o programa LEADER exerceu um importante papel na adoção de políticas de recorte territorial e regional, tornando-se uma alternativa aos enfoques setoriais agrícolas. Desenhado para ser uma metodologia de ação temporária para testar a capacidade de reação das regiões frente às políticas de descentralização, o programa tornou-se referência entre os estudiosos do desenvolvimento rural que operam com a perspectiva territorial.

Na década de 1990, é criada uma metodologia de indicadores territoriais pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), a qual teve projeção importante fora da Europa, vindo a influenciar estudiosos no Brasil (VEIGA, 2001; 2002) e em outros países da América Latina (GÓMEZ, 2001; PÉREZ, 2001; GIARRACA, 2001). Embora a metodologia da OCDE não tenha representado um avanço teórico propriamente dito, tornou-se importante enquanto crítica aos indicadores setoriais com os quais as instituições de pesquisa e os estudiosos estavam operando para definir o rural.



Propondo a perspectiva territorial para as políticas de desenvolvimento rural na América Latina, Schejtman e Berdegué (2003) argumentam que, ante a magnitude das mudanças nas sociedades rurais, não restam dúvidas de que os antigos enfoques do desenvolvimento rural tornam-se cada vez mais irrelevantes.

Já no Brasil, começa-se a destacar a importância da dimensão espacial do desenvolvimento, pela qual as habituais representações setoriais e escalares perdem importância. Isso decorre de sua incapacidade de lidar com as múltiplas escalas decorrentes das formas de gestão e exercício do poder, que passam a representar novos formatos institucionais no meio rural. Em razão disso, autores destacam que a perspectiva territorial representa um avanço em relação ao enfoque setorial, uma vez que é capaz de superar as rígidas e ultrapassadas escalas de gestão, poder e planejamento, que não mais correspondem ao contexto de ação do Estado, nem aos anseios dos atores da sociedade civil por participação nas ações de desenvolvimento.

Esse contexto influencia as ações territoriais do Estado brasileiro no âmbito do desenvolvimento rural. A implementação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), em 2003, no Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), é um exemplo, dentre outros, de como o Estado brasileiro vem dando sinais de seu interesse em superar o enfoque setorial que historicamente marca as políticas públicas.

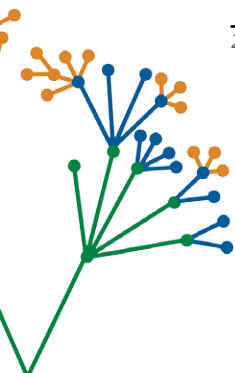
No âmbito da SDT/MDA é criado o Programa de Desenvolvimento Sustentável de Territórios Rurais (Pronat), em 2003, seguido do Programa Territórios da Cidadania (PTC) no ano de 2008, sendo este decorrente da constatação de significativas desigualdades sócioeconômicas entre os territórios rurais.

Porém, apesar da abordagem inovadora, a dualidade entre território objeto e sujeito é uma das tensões enfrentadas pelos gestores dos programas territoriais (Pronat e PTC). Tentar ir além das demarcações físicas que limitam territórios mostra-se um desafio, uma vez que os limites apresentados outorgam um caráter estático ao território (SCHNEIDER; PERAFÁN; CONTERATO, 2010)

Desse modo, além de promover a participação e a descentralização da gestão dos processos de desenvolvimento rural, por meio das políticas territoriais, a SDT/MDA se propõe a melhor compreender as dinâmicas internas dos territórios rurais apoiados pelo Pronat e PTC. Para isso, a Secretaria articulou-se institucionalmente e operacionalmente com 27 universidades e 37 territórios rurais para o estabelecimento do Sistema de Gestão Estratégica (SGE)<sup>28</sup>, estimulando o desenvolvimento dos processos de acompanhamento, avaliação e informação nos territórios por meio das Células de Acompanhamento e Informação (CAIs).

Com o propósito de acompanhar, avaliar e disponibilizar informações acerca das dinâmicas dos territórios rurais foi levantado pelas Células, entre outras atividades e ações, o Índice de Condições de Vida (ICV), sobre o qual tratar-se-á a seguir.

<sup>28</sup> O SGE pode ser acessado em <<http://sge.mda.gov.br/sge/index.html>>



### **3 O ÍNDICE DE CONDIÇÕES DE VIDA (ICV) E SUAS BASES TEÓRICO-METODOLÓGICAS**

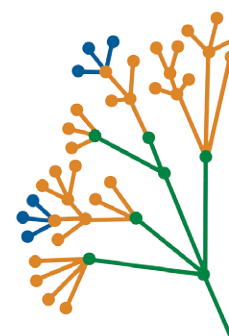
A proposta inicial do ICV – posteriormente adaptada pela equipe da SDT/MDA – foi elaborada por uma equipe de pesquisadores do Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Rural (PGDR), da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), com contribuições da pesquisadora Ângela A. Kageyama. O Índice sucede uma primeira experiência da equipe do PGDR com o projeto de validação do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) e sua representação gráfica na forma de um biograma, conforme sugeridos em Sepúlveda (2003). O IDS, calculado com base em dados secundários, leva em consideração seis dimensões dos processos de desenvolvimento: a social, a demográfica, a político-institucional, a econômica, a ambiental e a cultural<sup>29</sup> e representa um instrumento de análise comparativa dos processos de desenvolvimento territorial.

Contudo, o IDS apresenta uma limitação, qual seja, depende da disponibilidade e da atualização dos dados secundários utilizados, a qual não necessariamente ocorre com a periodicidade necessária para o acompanhamento dos processos de desenvolvimento nos territórios. Diante disso, e na perspectiva de acompanhar mais diretamente as condições de vida nos territórios rurais, é demandado um indicador de resultados capaz de representar as mudanças percebidas no e pelo público-alvo das ações implementadas nos territórios.

O ICV também é um instrumento de análise comparativa. É baseado em dados primários, coletados por amostragem, por meio de questionários aplicados em domicílios rurais e permite a disponibilidade e atualização das informações com a frequência desejada.

Além da multidimensionalidade, metodologicamente, a proposta do ICV é baseada em três dimensões – ou instâncias – na perspectiva trazida por Kageyama (2008). A primeira se refere às condicionantes do desenvolvimento rural, na qual se procura identificar as diferentes bases territoriais sobre as quais se desenrola o processo de desenvolvimento rural. A segunda busca identificar as possíveis diferenças nas trajetórias do desenvolvimento e representa, portanto, as características do desenvolvimento rural. A terceira dimensão pressupõe os efeitos dos processos de desenvolvimento, admitindo que as características da base territorial diversa – ou seja, dos fatores – produzem resultados econômicos e sociais também diversos. A seguir, podem ser observadas as instâncias e indicadores do ICV:

<sup>29</sup> A esse respeito ver Waquil et al. (2007b) e Waquil et al. (2010).



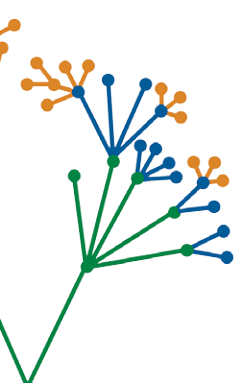
Quadro 1 – Instâncias e indicadores das condições de vida das famílias rurais

Fatores que favorecem o desenvolvimento	<ol style="list-style-type: none"><li>1. Mão de obra familiar em atividade dentro ou fora da unidade</li><li>2. Área da unidade de produção familiar</li><li>3. Escolaridade</li><li>4. Condições da moradia</li><li>5. Acesso a mercados</li><li>6. Acesso a políticas públicas (Pronaf, Bolsa Família,...)</li><li>7. Acesso a crédito e assistência técnica</li><li>8. Presença de instituições que favorecem o desenvolvimento rural</li></ol>
Características do desenvolvimento	<ol style="list-style-type: none"><li>9. Renda familiar</li><li>10. Produtividade do trabalho</li><li>11. Produtividade da terra</li><li>12. Diversificação da produção agrícola</li><li>13. Pluriatividade, diversificação nas fontes de renda familiar</li><li>14. Uso e preservação dos recursos naturais: água</li><li>15. Uso e preservação dos recursos naturais: solo</li><li>16. Uso e preservação dos recursos naturais: vegetação nativa</li></ol>
Efeitos do desenvolvimento	<ol style="list-style-type: none"><li>17. Estar bem alimentado / nutrido</li><li>18. Ter boa saúde</li><li>19. Permanência dos membros da família na unidade de produção</li><li>20. Percepção sobre as mudanças na situação econômica da família</li><li>21. Percepção sobre as mudanças na situação ambiental da unidade</li><li>22. Participação social (cooperativas, associações)</li><li>23. Participação política (eleições, conselhos, assembleias)</li><li>24. Participação cultural (grupos de expressão cultural, outras atividades)</li></ol>

Fonte: SGE, 2011.

Essas instâncias estão alicerçadas teoricamente na concepção de desenvolvimento de Amartya Sen (1999). Essa concepção remete a um processo que consiste na remoção das restrições que limitam as escolhas e oportunidades das pessoas, um processo de alargamento das liberdades (SEN, 1999). Sendo assim, as instâncias acima relacionadas aproximam-se da abordagem das *capabilities* (capacitações), a qual propõe avaliar a capacidade – ou melhor, a liberdade – de escolha dos indivíduos, de realização de ações ou do alcance de estados considerados desejáveis. Nesse sentido, a capacidade de escolha estaria ligada à qualidade de vida das pessoas.

Por sua vez, a qualidade de vida remete aos recursos disponíveis, à capacidade efetiva de um grupo social para satisfazer suas necessidades e à redução das vulnerabilidades sociais, econômicas, político-culturais e ambientais. Nussbaum e Sen (1996) definem a qualidade de vida como a representação de combinações de coisas que uma pessoa é capaz (capacitações) de fazer ou ser e, as funcionalidades, que representam parte do estado de uma pessoa – as várias coisas que ela faz ou é (SEN, 2001).





Nussbaum e Sen (1996) mencionam que, mais do que saber sobre saúde, educação, recursos financeiros e outros indicadores, é preciso entender de que forma os indivíduos permitem-se imaginar, sentir emoções, relacionar-se com outras pessoas dentro e fora de seu contexto. O que os autores enfatizam é a necessidade não só de critérios objetivos, mas também dos subjetivos, que permitam compreender o que as pessoas podem ser e fazer nas suas vidas – suas capacitações e funcionamentos.

Ao relacionar bem-estar e desenvolvimento, Sen afirma que o “[...] padrão ou a qualidade de vida não se mede pela posse de um conjunto de bens, nem pela qualidade a eles inerente, mas reside nas capacidades dos indivíduos para utilizar esses bens para obter satisfação ou felicidade” (KAGEYAMA, 2008, p.54).

Para tal, torna-se importante, segundo Sen, distinguir o que seria um meio e um fim nos processos de desenvolvimento. Para o autor, isso é fundamental para evitar confusões entre crescimento e desenvolvimento. Nessa concepção, a renda, por exemplo, embora necessária ao desenvolvimento, é um meio e não um fim. Ademais, o bem-estar da sociedade depende de como a renda é utilizada, e não apenas do seu nível (KAGEYAMA, 2008).

Para fazer essa distinção entre meios e fins, Sen explicita sua proposta com base nos conceitos de *entitlements* (intitamentos) e (funcionamentos). Os intitamentos representam o conjunto de combinações de bens ou mercadorias que cada pessoa pode ou está apta a possuir. Os alimentos, por exemplo, seriam os mais básicos. Os intitamentos representam, portanto, os meios para atingir determinados fins, as condições para a realização de escolhas, sendo estabelecidos por ordenamentos legais, políticos e econômicos (KAGEYAMA, 2008; WAQUIL *et al.*, 2007a).

Os funcionamentos, por sua vez, remetem às realizações, às reais oportunidades de escolha acerca de possíveis estilos de vida. Reportando-se a Clark (2005), Kageyama (2008) reforça que, apesar de serem aspectos importantes da existência humana, a opulência e a utilidade não conseguem representar adequadamente o bem-estar humano. Ou seja, o indivíduo necessita ter a capacidade de realizar um funcionamento (*capability to function*). A capacidade representa, portanto, a combinação de funcionamentos que um indivíduo pode realizar, refletindo a liberdade da pessoa para levar determinado tipo de vida ou outro (SEN, 2001).

Com base no mencionado, a relação entre as instâncias apontadas por Kageyama (2008) e a abordagem de Sen (1999, 2001) pode ser compreendida como consta na figura a seguir:

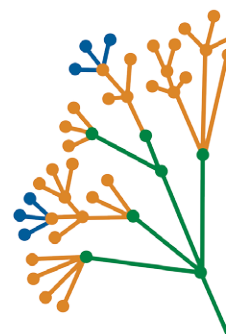




Figura 1 – Elementos teórico-metodológicos que embasam o ICV

Fonte: SGE, 2011.

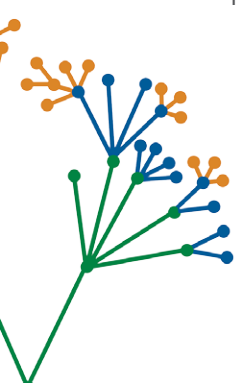
Ou seja, a primeira instância, que se refere aos fatores que condicionam o desenvolvimento, está ligada aos elementos constitutivos, aos recursos, às condições para a realização das escolhas. Enfim, essa primeira instância está ligada aos intitulentamentos. Já a segunda instância, que se refere às características do desenvolvimento, pode ser relacionada aos elementos de conversão dos meios em fins, dos intitulentamentos em capacitações e funcionamentos. Por fim, a terceira instância, correspondente aos efeitos econômicos e sociais (sendo possível incluir outras dimensões, como política, cultural e ambiental), está ligada às capacitações e funcionamentos, mais especificamente às realizações das pessoas ou das famílias (WAQUIL *et al.*, 2007a).

Assim sendo, a partir do ICV procura-se identificar como as famílias percebem (1) os fatores, os recursos ou os acessos que condicionam o desenvolvimento (intitulentamentos); (2) as características do desenvolvimento que se referem aos elementos de conversão e, por fim, (3) os efeitos ou as realizações (funcionamentos e capacitações) em dimensões multivariadas: econômica, social, ambiental político-institucional e cultural (WAQUIL *et al.*, 2007a) do desenvolvimento rural.

Ademais, considerando que a perspectiva territorial do desenvolvimento rural pretende a construção de soluções para os problemas por meio do diálogo entre indivíduos do território e poder público, entende-se que a percepção é um elemento a ser considerado no âmbito do planejamento das políticas territoriais. Para tal, o ICV se propõe a apreender a percepção dos indivíduos sobre suas condições de vida. A seguir, são apresentados elementos acerca da percepção de modo a evidenciar sua contribuição para a compreensão das dinâmicas territoriais do desenvolvimento rural.

### 3.1 A PERCEPÇÃO COMO REFERÊNCIA PARA ANÁLISE DAS CONDIÇÕES DE VIDA

Segundo Merleau-Ponty (2006) a percepção faz parte da compreensão dos fenômenos do mundo. É a capacidade própria do homem de entender partes do mundo exterior, baseando-se em suas experiências. Não se trata de análises,



mas uma característica que mostra como o mundo é e fornece informações para sua apreciação. Representa-se nas opiniões, atitudes e em todas as esferas da vida de uma pessoa (MERLEAU-PONTY, 2006).

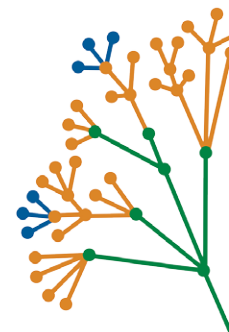
A percepção acontece em um momento de pausa em que, inconscientemente, se observa um ponto ou local, estando absorvido por ele, compreendendo-o. Conforme Merleau-Ponty (2006), o processo perceptivo acontece naturalmente sem que se tenha necessariamente uma consciência do ato de perceber. Isso quer dizer que, quando se está percebendo, como, por exemplo, uma mesa sobre a qual se escreve, a percepção envolve o escritor de tal maneira que este não se percebe percebendo-a. Quando ocorre o ato da percepção, é de tal forma imperceptível que, ao tentar percebê-lo, a interpretação ocorre sobre algumas sensações e não mais sobre a mesa. Segundo o autor, é por meio de exercícios de percepção naturais que se aprende o mundo.

Desse modo, o ato perceptivo é a capacidade de dar sentido aos objetos e às situações que se visualiza e se experimenta (MERLEAU-PONTY, 2006). O sentido que há em um conjunto de dados, interpretado por meio do ato perceptivo, constitui-se em uma identificação e compreensão do corpo, localizado no mundo, dos dados presentes neste mundo (CHAUÍ, 2004). Esses dados que possuem um sentido em si mesmos podem ser interpretados por cada pessoa de diferentes maneiras. Essa maneira particular de percepção existe porque cada pessoa vivenciou uma gama de experiências distintas durante sua vida (MERLEAU-PONTY, 2006).

As diferentes experiências estão ligadas à trajetória de vida, à cultura, ao local de residência, ao contexto social a que o indivíduo está inserido e determinam um formato particular de interpretação em cada pessoa. Desse modo, as distintas experiências conformam uma maneira de perceber diferente (BASTIAN, 2010). A percepção é uma constante na vida das pessoas, pois, segundo Gibson (1950), o sujeito pode perceber constantemente o mundo e a ele atribuir novas acepções e valores.

Considerando o exposto, observa-se que a percepção dá acesso ao que é tido como verdade para a pessoa, constituindo-se na fundamentação em que os atos se destacam assim como pressuposta por eles. As diferentes experiências por que passa a pessoa e o ambiente cultural no qual está inserida fundamentam suas atitudes, valores e interesses.

Ademais, as experiências contextualizadas em um meio social proporcionam diferentes visões de mundo. Assim, a percepção está na base da compreensão, fornecendo também os substratos para os valores e visões de mundo (TUAN, 1980). Está presente em todas as experiências humanas envolvendo a vida social, como a moral e os costumes, e a forma como uma determinada sociedade dá sentido ao mundo e seu entorno, possibilitando orientação no campo das ações cotidianas e técnicas (MERLEAU-PONTY, 2006).



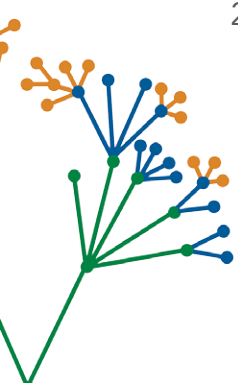
A orientação em um espaço se dá a partir das percepções que foram obtidas no momento em que foi experimentado. A experiência possibilita também que se possa fazer uma descrição do espaço que circunda uma pessoa. A descrição do espaço circundante de uma pessoa demonstra quais são suas percepções sobre este e aponta as ações permitidas (BASTIAN, 2010).

A percepção está na base da construção dos elementos da visão de mundo de cada indivíduo. Por meio desses elementos o indivíduo orienta suas ações e decisões. Sob esse aspecto, pode-se estabelecer uma relação entre a abordagem das percepções e a teoria da tomada de decisão de Herbert Simon (1978, 1979) e Ruth Gasson (1973), esta última enfatizando as decisões tomadas pela população rural.

Para Simon (1978), o agente econômico não é um maximizador. Procura encontrar objetivos satisfatórios, optando por alternativas que estejam em concordância com determinados critérios. Sendo que a alternativa ou as alternativas escolhidas podem não ser as melhores opções em termos econômicos. A racionalidade é assim, limitada e satisfatória. Ou seja, o decisor otimiza quando escolhe uma alternativa que é a melhor de acordo com critérios sustentados por sua visão de mundo e que permitem comparar as alternativas entre si. O decisor satisfaz-se quando escolhe uma alternativa que atende ou excede um conjunto de critérios mínimos de aceitabilidade. Dessa forma, o autor deixa evidente que o comportamento humano, não raro tido como irracional, orienta-se por caminhos que levam à satisfação, o que não necessariamente vai ao encontro da ideia de maximização (RAMBO, MACHADO, 2009).

No intuito de compreender a tomada de decisão no âmbito rural, Gasson (1973) realizou uma pesquisa com agricultores do Reino Unido e constatou a existência de quatro categorias ou orientações influentes na tomada de decisão, as quais denominou como instrumental, social, expressiva e intrínseca.

Nos agricultores com orientação instrumental encontrou, predominantemente, atitudes referentes à maximização e obtenção de benefícios, expansão do negócio e a condições agradáveis de trabalho. Naqueles com orientação social, as atitudes voltam-se ao prestígio social, à relação com a comunidade agrária, à manutenção e continuidade da tradição familiar, bem como o trabalho com os membros familiares, além do estabelecimento de boas relações com os trabalhadores. Os produtores com orientação expressiva pautam seus valores em questões como a satisfação em sentir-se proprietário, em trabalhar na própria exploração, em exercer aptidões especiais, na possibilidade de ser criativo no trabalho e estabelecer um calendário e horário próprios. Por fim, para aqueles com orientação intrínseca são importantes a satisfação com o trabalho agrícola, com o trabalho ao ar livre, a valorização do trabalho duro e a considerável independência na tomada de decisões. Observa-se, assim, que o estudo realizado por Ruth Gasson deixa evidente os múltiplos objetivos e racionalidades que permeiam as ações e a tomada de decisão na agricultura (RAMBO, MACHADO, 2009).



Para Gasson (1973) as formas de produção e a gestão dos estabelecimentos rurais são determinadas pelos valores e metas do produtor. O processo de decisão abrange o modo de vida, as experiências passadas e suas relações com o meio interno e externo da propriedade rural. É uma perspectiva com caráter holístico, uma vez que considera as razões e motivações das inter-relações no processo decisório (ANDRADE, 2010).

Essas razões e motivações resultam das diferentes percepções dos atores acerca do espaço de vida experimentado. Ou seja, a percepção fundamenta as decisões, atitudes e posturas dos agricultores. Entende-se, dessa forma, que é fundamental apreender suas percepções para compreender as dinâmicas territoriais. Isso possibilita, da mesma forma, a elaboração de políticas de desenvolvimento rural que vão ao encontro das expectativas e demandas da população rural, e contribuindo para que ela tenha a liberdade de levar a vida que deseja (SEN, 1999; 2001), assumindo maior protagonismo nos processos de desenvolvimento.

Expostos os elementos teórico-metodológicos que sustentam o ICV, a seguir serão apresentados os resultados relacionados com esse Índice que foram obtidos a partir da geração de dados no Território Zona Sul do Rio Grande do Sul.

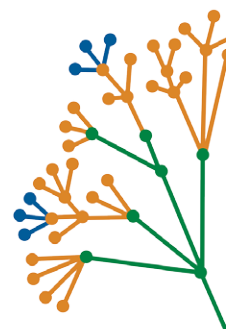
## **4 O ICV NO TERRITÓRIO RURAL ZONA SUL DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL**

Os questionários referentes ao ICV no Território Zona Sul foram aplicados entre os meses de outubro e dezembro de 2010. As entrevistas foram realizadas com famílias em 280 domicílios rurais de dez setores censitários<sup>30</sup> distribuídos em nove municípios<sup>31</sup> do território. Foram aplicadas 28 entrevistas em cada setor. Tanto os municípios quanto os setores censitários foram selecionados por amostra aleatória, sorteados pela própria SDT, permitindo a representatividade territorial. Já as famílias entrevistadas foram selecionadas dividindo-se o número total de domicílios rurais de cada setor pelo número de entrevistas por setor (28). O resultado indicou o intervalo espacial da amostra, evitando realizar entrevistas em domicílios contíguos.

Cabe mencionar que o questionário do ICV é de simples operacionalização e de fácil compreensão. As respostas do questionário são claramente subjetivas, expressando as percepções – tal como abordado na seção anterior – dos indivíduos ou das famílias sobre cada indicador utilizado. Por isso, não há perguntas quantitativas, mas, sim, de caráter qualitativo. Por exemplo, em vez de se perguntar o valor da renda familiar, perguntou-se se a renda é suficiente para viver.

<sup>30</sup> Os setores censitários são unidades territoriais definidas pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) obedecendo a critérios de operacionalização da coleta de dados. É a área de trabalho dos recenseadores. Neste trabalho, os dez setores censitários pesquisados localizam-se na zona rural dos municípios.

<sup>31</sup> Os municípios foram: Aceguá, Canguçu, Cerrito, Hulha Negra, Pedro Osório, Pinheiro Machado, Piratini, Santa Vitória do Palmar e São Lourenço do Sul.



Em vez de perguntar qual a produtividade da terra perguntou-se se a produtividade está boa.

O instrumento envolve um número relativamente pequeno de questões em cada uma das três instâncias acima apresentadas. Totaliza 24 perguntas e seu tempo de aplicação raramente ultrapassa os 15 minutos. As percepções dos entrevistados são mensuradas em escalas do tipo Likert, com valores indo de 1 (pior) a 5 (melhor).

Quanto ao Território Zona Sul, importa salientar que este se localiza no extremo sul do Brasil, sendo formado por 25 municípios (Figura 2).

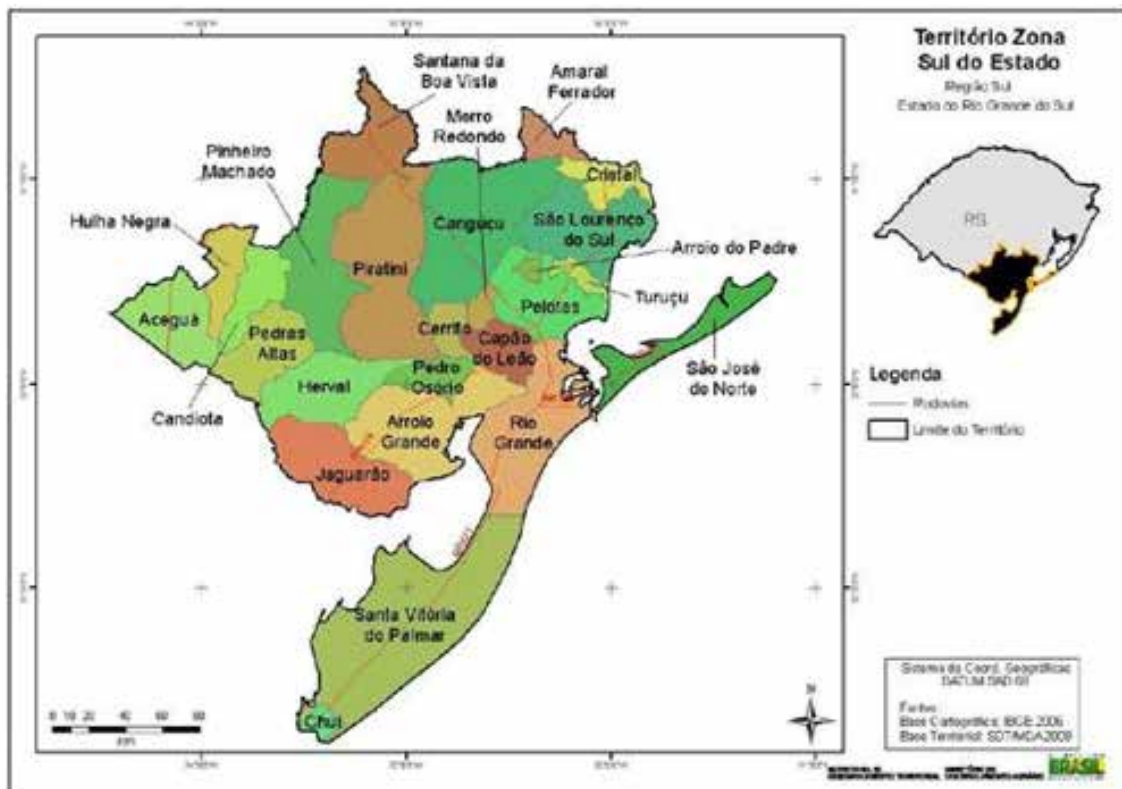
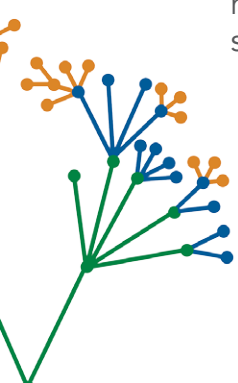


Figura 1 – Localização do Território Rural Zona Sul do RS.

Fonte: Sistema de Informações Territoriais (SIT), 2012.

Sua população total, no ano de 2010, correspondeu a 864.343 habitantes. Desse total, 82,44% representam a população urbana, sendo a rural de 17,56%. O PIB do território somou no ano de 2008, segundo o IBGE, cerca de R\$ 10.674.245,00, o que representou 8,61% no PIB estadual. Desse montante, o setor de serviços foi responsável por 59,72%, seguido pela indústria com 26,91% e agropecuária com 13,36%.

Ao observarmos a trajetória histórica da Zona Sul, a partir de diferentes documentos e bibliografias, bem como da realização deste projeto, é possível observar a existência de quatro categorias sociais: a primeira delas são os grandes



proprietários remanescentes das sesmarias que atualmente formam estâncias de produção pecuária ou realizam o cultivo de arroz irrigado, quando suas terras estão em áreas de várzea. A segunda categoria, quantitativamente a mais importante, é formada por três subgrupos, embora todos eles sejam unidades familiares. Os agricultores familiares, que se instalaram mediante processos de colonização com imigrantes pomeranos e franceses; os pecuaristas familiares, que ocupam a região conhecida como Escudo Sul-rio-grandense e os assentados dos programas de reforma agrária. A terceira categoria é formada pelos núcleos de remanescentes de quilombolas. O quarto grupo é formado pelos pescadores artesanais, que se situam em toda a região costeira da Laguna dos Patos e da Lagoa Mirim.

A seguir é possível verificar a representação gráfica (biograma) e as instâncias consideradas no ICV do Território Zona Sul.

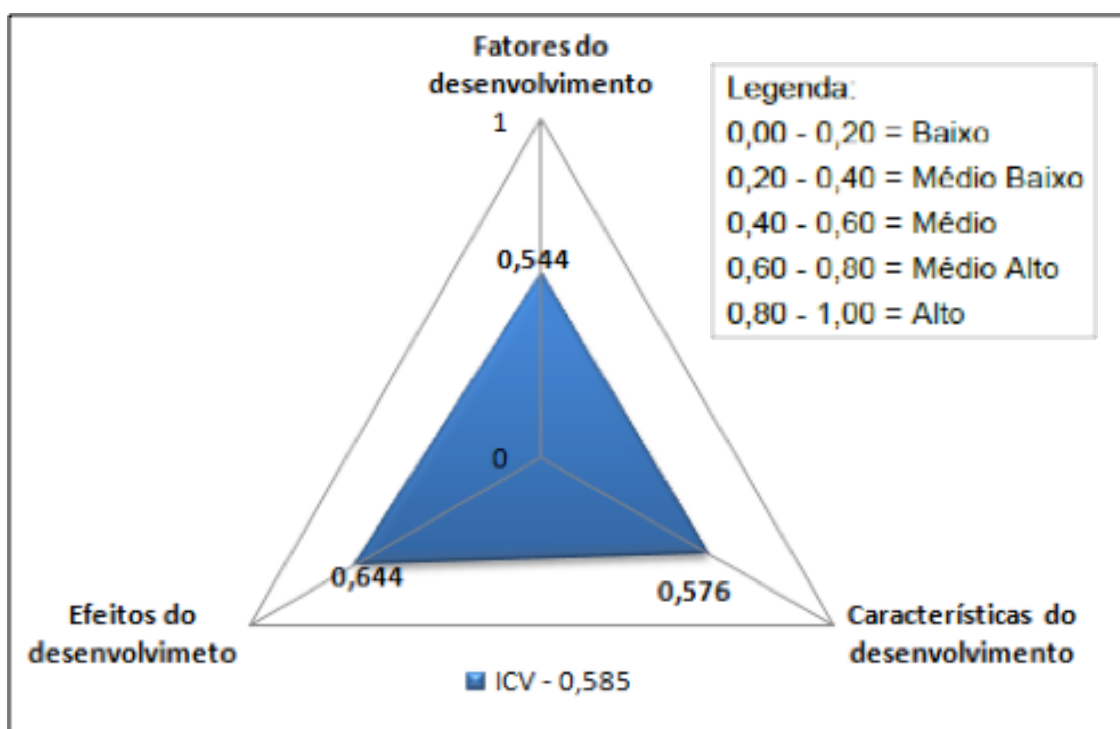
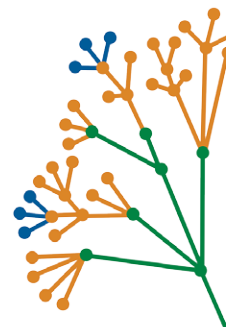


Figura 2 – Biograma representativo do ICV do Território Rural Zona Sul do RS.

Fonte: SGE/CAI Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

Como se pode observar, o ICV com índice de 0,585 corresponde a um nível médio de condições de vida, uma vez que, de uma escala de 0 (pior índice) a 1 (melhor índice) está localizado entre 0,40 e 0,60. Além do índice em si, é importante ressaltar que quanto maior a área do biograma e maior o equilíbrio entre as instâncias, maior tende a ser a qualidade de vida. Embora de nível médio, e por resultar da média das variáveis que o compõem, o ICV oculta a variação das percepções dos entrevistados, bem como a variação entre as instâncias.



Nesse sentido, a percepção dos entrevistados acerca dos efeitos – ou dos funcionamentos e capacitações – é melhor (0,644) em relação tanto às características – ou elementos de conversão – (0,576) quanto aos fatores – intitamentos (0,544). Isso indica, *a priori*, que não há uma correspondência direta entre fatores, características e efeitos do desenvolvimento no sentido de que a existência de ativos e capitais aliados às liberdades individuais se traduz em mudanças significativas na percepção das condições de vida, embora essa percepção seja algo que varia substancialmente entre os indivíduos ou famílias.

Quanto aos indicadores referentes aos fatores – ativos ou capitais que as famílias detêm ou acessam – cinco deles estavam abaixo do ICV e outros cinco acima, como pode ser visualizado a seguir:

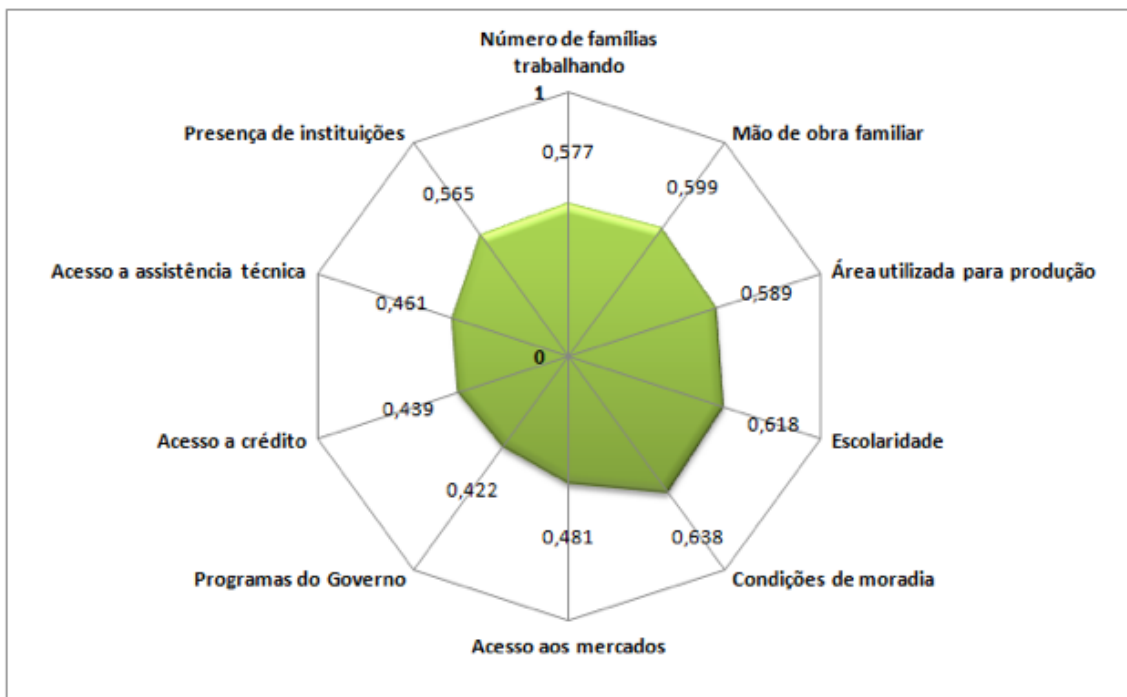
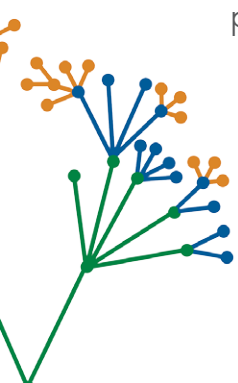


Figura 4 – Fatores do Desenvolvimento do território rural Zona Sul do RS.

Fonte: SGE/CAI Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

O indicador que atingiu melhor índice diz respeito às condições de moradia (0,638), seguida da escolaridade (0,618). Quanto à segunda, é importante destacar que os indivíduos, de modo geral, justificavam sua resposta com afirmações do tipo: “para o que fazemos aqui, o que estudamos, está bom”. Ou seja, mesmo que o grau de escolaridade de grande parte dos indivíduos seja o ensino fundamental incompleto, estes o consideram suficiente para o trabalho rural. Ao mesmo tempo, as famílias incentivam seus filhos a concluir a educação básica e inclusive o ensino superior, não raro, visando ao mercado de trabalho urbano. *A priori*, o resultado das condições de moradia pode ser atribuído a programas habitacionais rurais e a programas de expansão da energia elétrica.





Já os indicadores com piores resultados nesta instância referem-se às condições de acesso a programas de governo (0,422) – sendo este o pior índice de todos os indicadores que compõem o ICV; seguido das condições de acesso a crédito (0,439) e acesso à assistência técnica (0,461). Torna-se pertinente destacar que as críticas dos entrevistados não necessariamente são às políticas, ao crédito e à assistência em si, mas, sobretudo, às dificuldades em acessá-los.

Além disso, pela figura a seguir, observa-se que o número de famílias que acessaram o Bolsa Família, de 2006 a 2012, diminuiu nos municípios urbanos e aumentou nos municípios rurais.

É possível observar que os fatores que as famílias detêm são melhor percebidos se comparados àqueles que ainda necessitam acessar. Parece haver, nesse caso, uma restrição da liberdade de poder acessar ativos ou capitais. Sendo assim, pode-se sugerir que os ativos que as famílias já detêm contribuem para que as características – ou os elementos de conversão dos fatores em efeitos – e os próprios efeitos alcancem índices melhores que a instância fatores.

Quanto às características – aquilo que transforma os ativos em efeitos – das dez dimensões, três estão acima da média do ICV e cinco abaixo, como pode ser observado a seguir:

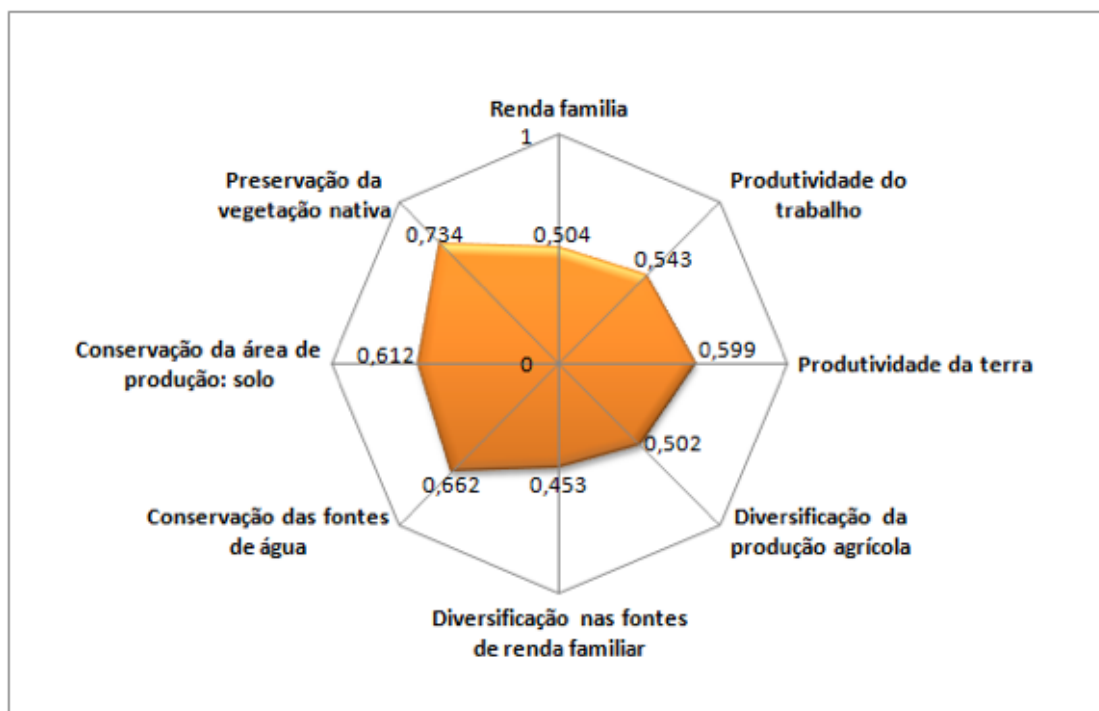


Figura 5 – Características do Desenvolvimento do Território Rural Zona Sul do RS.

Fonte: SGE/CAI Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul.



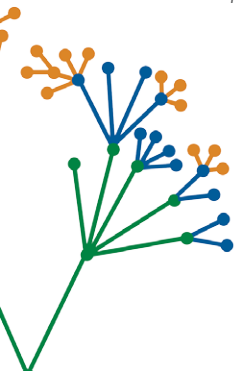
A dimensão mais elevada nesta instância refere-se à preservação da vegetação nativa (0,734). Nesse caso, observa-se uma realidade paradoxal. Enquanto os indivíduos percebem a preservação em num nível médio alto, a paisagem observada, em geral, destoa dessa percepção. Por exemplo, raramente visualiza-se mata ciliar adequada aos parâmetros do Código Florestal Brasileiro<sup>32</sup> ou mesmo áreas de preservação permanente ou reservas legais averbadas. Neste sentido, cabe a pergunta: por que a percepção dos entrevistados destoa dos parâmetros legais? As respostas a essa questão podem passar por um provável desconhecimento por parte dos entrevistados acerca do novo Código Florestal e, em áreas de campo nativo, por uma percepção de que a sua manutenção representa um ambiente preservado. Análises acerca dessa questão podem orientar, por exemplo, a formulação e adequação de políticas ambientais.

Já o pior indicador nesta instância refere-se à diversificação das fontes de renda (0,453) atingindo um índice médio. Este parece ter correspondência com o indicador de diversificação da produção (0,502). Na medida em que há relativo consenso de que a diversificação, pluriatividade e multifuncionalidade da agricultura familiar contribuem para o desenvolvimento rural, essa percepção negativa sobre a diversificação da renda e da produção deve merecer atenção, em especial no que se refere ao planejamento das políticas territoriais. Identificar o que leva a baixos índices de diversificação também se torna fundamental.

Alguns elementos que podem estar contribuindo para a baixa diversificação na produção remetem à considerável distância em relação aos centros urbanos e, conseqüentemente, aos mercados; os solos de baixa fertilidade natural, a tradição histórica em torno de determinada prática produtiva, como a pecuária e a produção de tabaco, por exemplo; a integração agroindustrial, a dificuldade no acesso a políticas públicas, que poderiam incentivar essa diversificação, tal como o próprio ICV aponta. Entretanto, essas são hipóteses levantadas que merecem averiguação.

Por fim, quanto aos efeitos que os ativos geram sobre as condições de vida das famílias, embora tenha sido a instância com maior média, também foi a que apresentou maior desequilíbrio entre suas dimensões.

<sup>32</sup> A esse respeito ver Novo Código Florestal, Lei nº 12.651, de 25 de maio de 2012. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112651.htm)>. Acesso em: 11 nov. 2015.



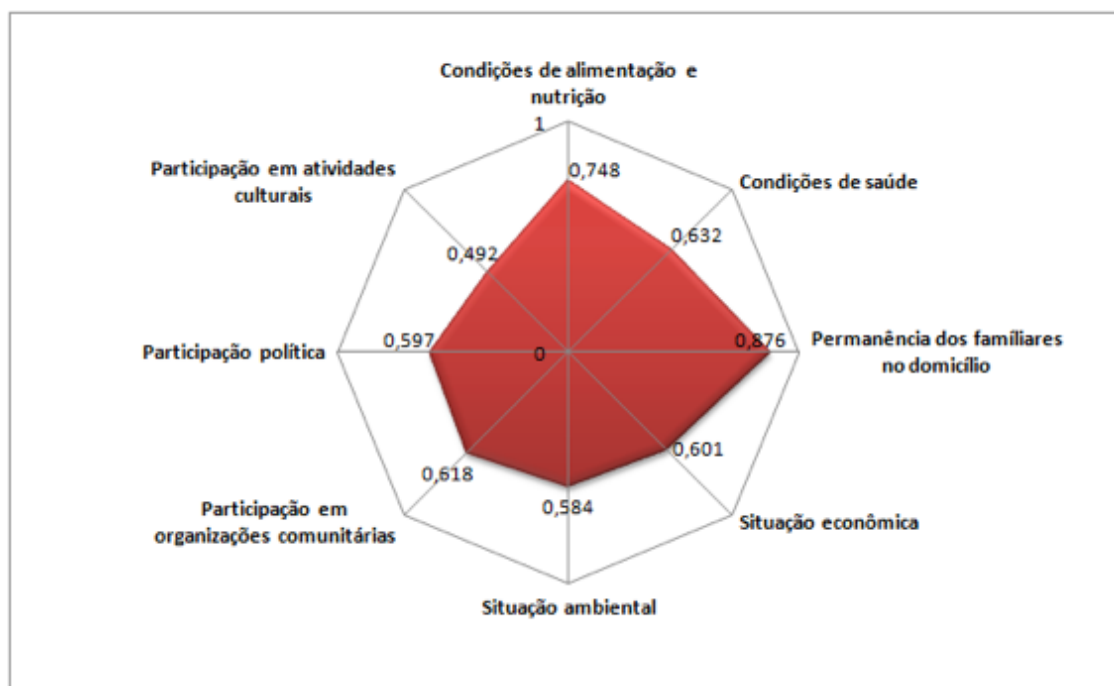


Figura 5 – Efeitos do Desenvolvimento do Território Rural Zona Sul do RS.

Fonte: SGE/CAI Território Zona Sul do Estado do Rio Grande do Sul.

A dimensão com melhor índice nesta instância diz respeito à permanência dos familiares no domicílio (0,876), sendo a mais alta que compõe o ICV. O que se pôde observar em campo foi a presença significativa de aposentados rurais, a presença considerável de rendas não agrícolas<sup>33</sup>, bem como a ausência e saída de jovens do campo<sup>34</sup>.

Os entrevistados, em certa medida, parecem conceber a saída dos filhos em função do estudo, em função do casamento ou mesmo de um emprego nos centros urbanos como algo naturalizado, não percebendo essas práticas enquanto manifestações da necessidade de saída de integrantes das famílias em busca de qualificação (estudo) ou inserção no mercado de trabalho urbano. Nesses casos, mesmo que boa parte dos integrantes da família tenha migrado por alguma razão, isso não é percebido enquanto abandono do meio rural.

Já o índice mais baixo desta instância é representado pela participação em atividades culturais (0,492). Este somente não foi mais baixo porque alguns entrevistados não percebem como um problema o fato de não terem acesso a atividades culturais.

<sup>33</sup> Essas características, por vezes, impossibilitavam o enquadramento das famílias enquanto agricultores familiares ante os critérios da Lei N° 11.326 que estabelece as diretrizes para a Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. A esse respeito ver: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11326.htm)>.

<sup>34</sup> Sobre sucessão em propriedades de pecuária familiar, ver Matte, Spanevello e Andreatta (2015) e Matte et al. (2011).



No que se refere à situação econômica, quarto pior indicador da instância efeitos, é interessante observar a evolução do Índice de Desenvolvimento Socioeconômico<sup>35</sup> em sua dimensão renda (Idese – Renda). Os municípios essencialmente urbanos (população urbana de pelos menos 75%) estão em melhor posição em relação aos rurais. Essa melhor situação dos municípios urbanos demonstra indícios de distintas trajetórias nas condições de vida da população de um mesmo território, o que merece atenção dos formuladores de políticas públicas de desenvolvimento rural, conforme figura a seguir:

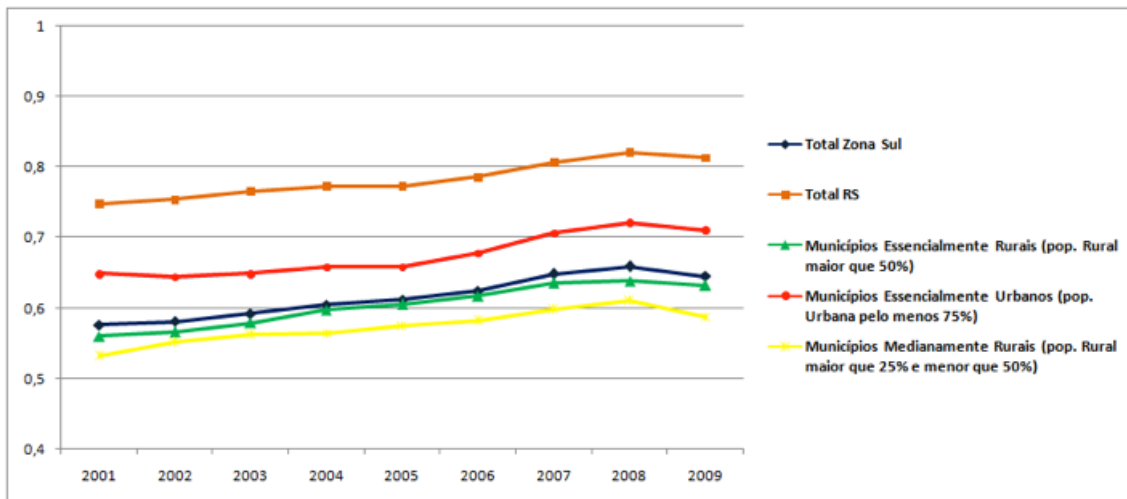


Figura 7 – Idese – Renda no Território Rural Zona Sul do RS

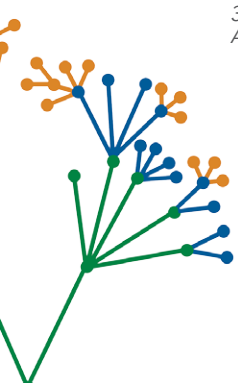
Fonte: Fundação de Economia e Estatística, 2012<sup>36</sup>.

Ao mesmo tempo em que o Idese – Renda é inferior nos municípios rurais em relação aos urbanos, o acesso ao Programa Bolsa Família é maior nos rurais, sobretudo aqueles essencialmente rurais (população rural maior que 50%), em comparação aos essencialmente urbanos (Figura 8). Enquanto neste, o número de acessos diminui substancialmente ao longo dos anos, naqueles observa-se um aumento.

Importa, em estudos posteriores, procurar compreender o que explica essa diferença nas trajetórias dos municípios rurais e urbanos do território, mas isso pode ser um fator que ajuda a explicar a percepção mais positiva dos efeitos em relação às demais instâncias: mesmo a renda sendo inferior à urbana, o acesso a este programa de governo (Bolsa Família), que representa mais uma fonte de renda, influi positivamente sobre a percepção das condições de vida. Essa observação, por si só, já aponta para a importância das políticas públicas implementadas nos espaços rurais, embora demandem adequações.

<sup>35</sup> O Idese, elaborado pela Fundação de Economia e Estatística (FEE) do RS, é um índice sintético, inspirado no IDH, que abrange um conjunto de indicadores sociais e econômicos, classificados em quatro blocos temáticos: educação; renda; saneamento e domicílios; saúde. Tem por objetivo mensurar e acompanhar o nível de desenvolvimento dos municípios. A esse respeito ver: <[http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_idese.php](http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php)>.

<sup>36</sup> Disponível em: <[http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg\\_idese.php?ano=2009#municipios](http://www.fee.rs.gov.br/sitefee/pt/content/estatisticas/pg_idese.php?ano=2009#municipios)>. Acesso em: 20 set. 2012.



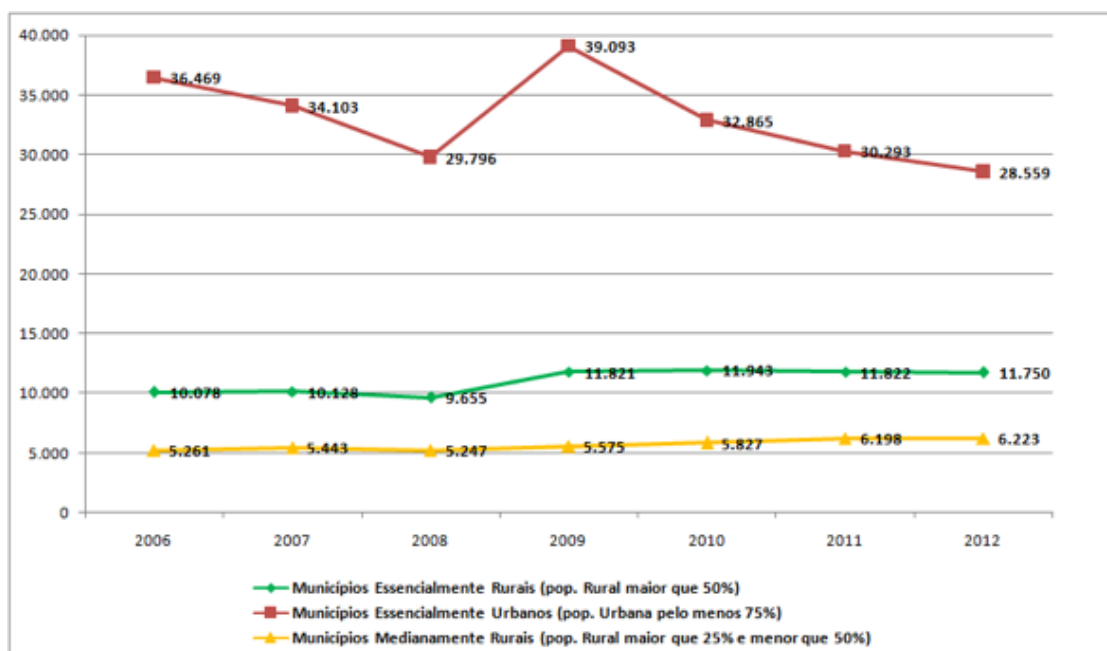


Figura 8 – Acessos ao Programa Bolsa Família no Território Rural Zona Sul do Estado do RS

Fonte: Ministério do Desenvolvimento Social, 2012<sup>37</sup>.

Outro dado interessante corresponde à comparação entre o ICV geral do território e o ICV por grupos, quais sejam: domicílios de agricultura familiar, domicílios com produção e domicílios sem produção, como consta na tabela abaixo:

Tabela 1 – ICV por grupos de entrevistados no Território Rural Zona Sul do RS.

Instâncias \ ICV	ICV geral	ICV domicílios de agricultura familiar	ICV domicílios com produção	ICV domicílios sem produção
Fatores	0,544	0,539	0,544	_*
Características	0,576	0,571	0,576	_*
Efeitos	0,644	0,653	0,652	0,598

Fonte: SGE/CAI Território Zona Sul do RS.

\* Nos domicílios sem produção foram levantados apenas os efeitos, uma vez que as perguntas sobre fatores e características não se aplicam a esta situação.

Pode-se observar que, enquanto os fatores e as características do grupo de agricultores familiares estão abaixo da média geral do ICV, os efeitos estão acima da referida média. Isso demonstra que os acessos ou os ativos dos agricultores familiares estão em piores condições dos entrevistados que residem

<sup>37</sup> Disponível em: <[https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00\\_00.asp](https://www.beneficiosociais.caixa.gov.br/consulta/beneficio/04.01.00-00_00.asp)>. Acesso em: 20 set. 2012.



em domicílios que não se enquadram como sendo da agricultura familiar. Por outro lado, os agricultores familiares percebem os efeitos de maneira mais significativa em relação ao universo pesquisado. Índícios para explicar tal resultado podem estar na própria natureza da agricultura familiar, não raro, caracterizada pela diversificação de seus meios de vida. *A priori*, ativos e capitais diversos, aliados às liberdades individuais, podem se expressar em uma diversidade de estratégias de reprodução social e econômica.

Comparando domicílios com e sem produção observa-se que os efeitos do desenvolvimento são melhores naqueles com produção, o que denota a importância das atividades rurais produtivas. Os domicílios sem produção correspondem tanto àqueles que usufruem do domicílio exclusivamente enquanto local de residência, tendo atividades produtivas fora do mesmo (na cidade, por exemplo), quanto aquelas famílias de aposentados rurais que permanecem nos domicílios.

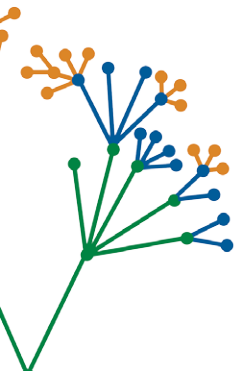
A análise das instâncias e suas variáveis, bem como a comparação entre grupos e a comparação com outros dados ou indicadores, permite o apontamento de desequilíbrios ou possíveis contradições entre instâncias, grupos ou mesmo na comparação entre territórios rurais. Dessa forma, o ICV representa uma ferramenta capaz de orientar a elaboração de ações e políticas de desenvolvimento rural.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base na apresentação dos referenciais teórico-metodológicos e dos resultados do ICV da Zona Sul, buscou-se evidenciar como este instrumento pode auxiliar na gestão territorial do desenvolvimento rural por meio da apreensão das condições de vida da população rural. A proposta do ICV tem por mérito o fato de captar questões muitas vezes despercebidas às discussões e mesmo às ações de desenvolvimento rural.

Mesmo índices como o IDH, por serem pautados em dados secundários, não consideram as percepções do público-alvo das ações de desenvolvimento. Compreender como as pessoas percebem suas condições de vida, torna-se um elemento orientador importante na formulação de políticas públicas de desenvolvimento territorial rural. Essa importância se acentua, uma vez que o Estado considera que a perspectiva territorial do desenvolvimento rural envolve uma visão integradora de espaços, atores sociais, mercados e políticas públicas.

Ademais, para que uma política encontre aceitação de seu público-alvo esta deve ir ao encontro das demandas, carências e anseios desse público. E, parece ser neste ponto que o ICV pode trazer novos elementos para subsidiar a gestão territorial das políticas de desenvolvimento rural, uma vez que os indivíduos, orientam suas ações e decisões a partir de sua visão de mundo formada com base nas suas percepções. Além disso, o ICV aponta as instâncias de maior



carência e, dentro de cada instância, é possível observar os indicadores percebidos como em piores condições. Esses são elementos que podem auxiliar na avaliação, construção e reorientação das políticas de desenvolvimento rural.

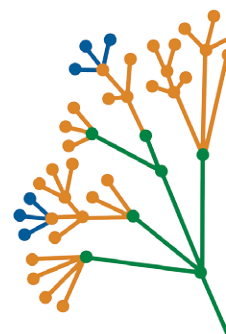
Quanto aos resultados do ICV, observou-se que não houve uma correspondência direta entre fatores, características e efeitos do desenvolvimento. Isso pode decorrer da existência de ativos e capitais que, aliados às liberdades individuais, se expressam de formas distintas a partir da percepção dos indivíduos e das estratégias de reprodução social e econômica adotadas. A diversidade social, econômica, ambiental e cultural que marca o Território Zona Sul também parece contribuir para as diferentes percepções das famílias acerca de suas condições de vida.

Observando que os efeitos do desenvolvimento são melhores nos domicílios de agricultura familiar, mesmo os fatores e características tendo piores índices em relação aos demais grupos, levanta-se a possibilidade de que tal resultado decorra da diversidade de estratégias das quais os agricultores familiares se valem para garantir sua reprodução social e econômica. Além disso, o fato dos domicílios com produção terem melhores efeitos que aqueles sem produção, aponta para a importância das atividades rurais para o desenvolvimento rural, além da necessidade de ações de desenvolvimento adequadas à realidade dos domicílios sem produção.

Enfim, os resultados da primeira aplicação do instrumento do ICV demonstram que esta metodologia instrumentaliza a Abordagem das Capacitações de Amartya Sen e possibilita captar uma diversidade de percepções em determinado momento, as quais podem ser comparadas com um momento posterior, a partir do qual torna-se possível buscar explicações para a complexidade e diversidade das realidades territoriais.

Diante de um contexto de retomada organizacional e política dos movimentos sociais, ante o reconhecimento político e institucional da dinâmica expressa nas políticas territoriais, perante um relativo consenso de que questões econômicas e técnico-produtivas são meios e não fins do desenvolvimento e, na medida em que o ICV é capaz de apreender as condições de vida a partir da percepção dos indivíduos ou famílias, este é capaz de contribuir para a compreensão das dinâmicas territoriais e, assim, orientar a formulação de políticas públicas de desenvolvimento rural.

Isso se torna importante, sobretudo quando se considera que é necessário identificar e aprofundar o grau de construção ou reconstrução das identidades, bem como a construção de novas dinâmicas econômicas, políticas e institucionais nos territórios apoiados pela SDT, em um contexto no qual a abordagem territorial adotada pelo Estado brasileiro é de caráter instrumental e normativa, a qual entende o território como unidade de observação, atuação e gestão do planejamento estatal (SCHNEIDER, PERAFÁN, CONTERATO, 2010; PERAFÁN, 2007; SCHNEIDER, TARTARUGA, 2004).



Ademais, novas investigações são demandadas para aprofundar a compreensão das razões que levam a não correspondência entre fatores, características e efeitos do desenvolvimento. Estudos que apontem e analisem os elementos que levam a diferentes índices entre os grupos (agricultores familiares, domicílios com e sem produção) também auxiliarão a compreensão das dinâmicas territoriais. Análises que relacionem o ICV e suas instâncias com os resultados dos demais instrumentos que compõem a pesquisa nacional nos 37 territórios também tornam-se importantes. Relacionar, por exemplo, os resultados do ICV com os do Índice de Capacidades Institucionais e da Avaliação dos Projetos pode apontar em que medida as instituições e os projetos nos territórios contribuem para a melhoria das condições de vida e se vão ao encontro das instâncias e indicadores percebidos em piores condições.

## 6 REFERÊNCIAS

ANDRADE, J. J. de. Os valores e as motivações no processo de tomada de decisão dos produtores rurais no município de Sant'Ana do Livramento/RS. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Economia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

BASTIAN, L. Rural de Porto Alegre: percepções de moradores de municípios da região metropolitana. Porto Alegre. 2010. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Rural) – Faculdade de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

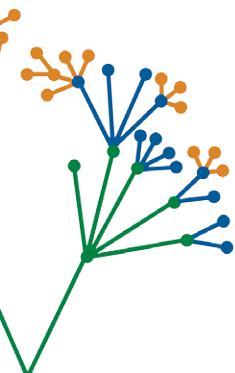
CHAUÍ, M. Convite à filosofia. 11ª ed. São Paulo: Ática, 2004.

GASSON, R. Goals and values of farmers. *Journal of Agricultural Economics*, 24 (3): 521-537. 1973.

GIARRACCA, N. ¿Una Nueva Ruralidad en América Latina? Colección Grupos de Trabajo de Clacso. Grupo de Trabajo Desarrollo Rural. Clacso, Buenos Aires, 2001.

GIBSON, J. J. *The perception of the visual world*. Boston: Hought Mifflin, 1950.

GÓMEZ, S. Nueva ruralidad? Un aporte al debate. *Rio de Janeiro, Estudos Sociedade e Agricultura*, n. 17, p. 5–32, 2001.





KAGEYAMA, A. A. Desenvolvimento Rural: conceitos e aplicação ao caso brasileiro. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2008.

MATTE, A. et al. Impasses na reprodução social da Pecuária Familiar. In: Congressos da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 49, 2011, Belo Horizonte. Anais... Belo Horizonte, MG: SOBER, 2011.

MATTE, A.; SPANEVELLO, R. M.; ANDREATTA, T. Perspectivas de Sucessão em Propriedades de Pecuária Familiar no Município de Dom Pedrito – RS, Holos, Ano 31, v. 1, 144-159, 2015.

MERLEAU-PONTY, M. Fenomenologia da percepção. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2006.

NUSSBAUM, M. C.; SEN, A. La Calidad de Vida. México: Fondo de Cultura Económica, 1996.

PERAFÁN, M. E. V. O território do desenvolvimento e o desenvolvimento dos territórios: o novo rosto do desenvolvimento no Brasil e na Colômbia. Brasília. 2007. Tese (Doutorado sobre as Américas) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília, 2007.

PÉREZ, E. Hacia una Nueva Visión de lo Rural. In: ¿Una Nueva Ruralidad en América Latina? Norma Giarracca (comp). Colección Grupos de Trabajo de Clacso. Grupo de Trabajo Desarrollo Rural. Clacso, Buenos Aires, 2001.

RAMBO, A. G.; MACHADO, J. A. D. Tomada de Decisão em Questões Relativas ao Desenvolvimento Territorial: capital social, empoderamento e governança na agricultura familiar. In: 47º Congresso da Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2009, Porto Alegre. Anais..., 2009.

SARRACENO, E. Políticas rurales de la unión europea y proyectos territoriales de identidad cultural. Opera, n. 7, Colombia, p. 167-189, 2007.

SCHEJTMAN, A.; BERDEGUÉ, J. Desarrollo Territorial Rural. Documento de Trabajo, Rimisp, Santiago/Chile, 2003.

SCHNEIDER, S.; TARTARUGA, I. P. Território e abordagem territorial: das referências cognitivas aos aportes aplicados à análise dos processos sociais rurais.



Revista de Ciências Sociais, Campina Grande, v. 23, n. 1 e 2, p. 99-117, jan./dez. 2004.

SCHNEIDER, S.; PERAFÁN, M. V.; CONTERATO, M. A. Governance, Public Policies and Territorial Programmes in Brasil. International Conference La visión territorial en las políticas agrícolas y rurales: un intercambio internacional. Roma: Nov/2010.

SEN, A. K. Desigualdade reexaminada. Rio de Janeiro: Record, 2001.

\_\_\_\_\_. Desenvolvimento como Liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

SEPÚLVEDA, S. Gestión del Desarrollo Sostenible en Territorios Rurales: métodos para la planificación. San José, IICA, 2008.

SEPÚLVEDA, S. et al. El Enfoque Territorial del Desarrollo Rural. San José: C. R.: IICA, 2003.

SGE. Sistema de Gestão Estratégica. Disponível em: <<http://sge.mda.gov.br/sge/index.html>>. Acesso em: Nov/2015.

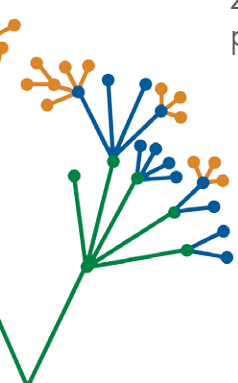
SIMON, H. Rationality as process and as product of thought. American Economic Review, v. 68, n. 2, 1978, p. 1-16.

\_\_\_\_\_. From substantive to procedural rationality. In: HAHN, F.; HOLLIS, M. (Ed.) Philosophy and economic theory. London: Oxford University, 1979.

SUMPSI, J. M. Desarrollo rural con enfoque territorial: diferencias y semejanzas de las experiencias de la Unión Europea y América Latina. In: ORTEGA, A. C.; ALMEIDA FILHO, N. (Org.). Desenvolvimento territorial, segurança alimentar e economia solidária. Campinas: Alínea, 2007. p. 63-91.

TUAN, Y. F. Topofilia: um estudo da percepção, atitudes e valores do meio ambiente. São Paulo: DIFEL, 1980.

VEIGA, J. E. da. Desenvolvimento Territorial no Brasil: do entulho varguista ao zoneamento ecológico-econômico, 2001. Disponível em: <[www.fea.usp.br/professores/zeli](http://www.fea.usp.br/professores/zeli)>. Acesso em: fev. 2006.



\_\_\_\_\_. A Face Territorial do Desenvolvimento. Revista Internacional de Desenvolvimento Local. Campo Grande, vol. 3, n. 5, p. 5-19, set. 2002.

WAQUIL, P. D. et al. Proposição do Índice de Condições de Vida. Porto Alegre: PGDR/UFRGS, SDT/MDA, 2007a. (Relatório de pesquisa).

\_\_\_\_\_. Para medir o desenvolvimento territorial rural: validação de uma proposta metodológica. In: XLV Congresso Brasileiro de Economia, Administração e Sociologia Rural. Anais... Londrina, PR: 2007b, p. 1-20.

\_\_\_\_\_. Avaliação de Desenvolvimento Territorial em Quatro Territórios Rurais no Brasil. Redes, Santa Cruz do Sul, v. 15, n. 1, p. 104-127, jan./abr. 2010.